

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MINAS GERAIS – *CAMPI* BAMBUÍ E SÃO JOÃO EVANGELISTA**

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO COM ÊNFASE EM
EMPREENDEDORISMO E NEGÓCIOS**

Gilson de Jesus Souza

**EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: Relato Técnico na
cidade de Igaporã – BA.**

BambuÍ
2024

GILSON DE JESUS SOUZA

**EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: Relato Técnico na
cidade de Igaporã – BA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
Minas Gerais, Campus Bambuí - São João Evangelista,
para obtenção do grau de Especialista.

Orientador: Prof. Ms. ÉBER LOPES MENDES

Bambuí
2024

GILSON DE JESUS SOUZA

EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: Relato Técnico na cidade de Igaporã – BA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Campus Bambuí - São João Evangelista, para obtenção do grau de Especialista.

Aprovado em 03/05/2024, pela banca examinadora:

Prof. Ms. Éber Lopes Mendes

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG
(Orientador)**

Prof.^a Ms. Janice Queiroz de Pinho Gonçalves

Prof. Ms. José Leonardo de Oliveira Rodrigues

RESUMO

O Brasil está caracterizado por enorme disparidade local que o distância do ideal de uma cidadania inteiramente universal. Esse cenário exige a criação de políticas efetivas direcionadas ao suprimento das necessidades econômicas locais e atreladas aos atores sociais. É urgente a necessidade de construir caminhos capazes de conduzir o país a um desenvolvimento equilibrado, com condições de promover mais qualidade de vida a toda a população. Assim, por meio deste relato técnico, objetiva-se a elaboração de um diagnóstico da realidade local da cidade de Igaporã-BA, propondo estratégias para que o Poder Público Municipal possa fomentar o desenvolvimento endógeno por meio dos pequenos negócios. Para isso, foi realizada pesquisa qualitativa, levantamento bibliográfico utilizando como fontes livros, artigos científicos, páginas *web* institucionais e governamentais, seguido da apresentação de plano de ação. Conclui-se que o empreendedorismo desempenha papel fundamental para o desenvolvimento local e os empreendedores locais se apresentam como os atores capazes de contribuir fortemente para a mudança de realidade, enfrentamento das adversidades, além de contribuir diretamente no processo de construção de uma comunidade mais próspera, inclusiva e sustentável. À medida que os empreendedores igaporaenses enfrentam e transpassam os desafios característicos de uma cidade do porte de Igaporã-BA, seguem em busca do desenvolvimento contínuo.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Desenvolvimento Local. Pequenos Negócios.

ABSTRACT

Brazil is characterized by enormous local disparity that distances it from the ideal of universal citizenship. This scenario requires the creation of effective policies aimed at meeting local economic needs and linked to social actors. There is an urgent need to build paths capable of leading the country towards balanced development, with conditions to promote a better quality of life for the entire population. Thus, through this technical report, the objective is to prepare a diagnosis of the local reality of the city of Igaporã-BA, proposing strategies so that the Municipal Public Power can promote endogenous development through small businesses. For this, qualitative research was carried out, a bibliographical survey using books, scientific articles, institutional and governmental web pages as sources, followed by the presentation of an action plan. It is concluded that entrepreneurship plays a fundamental role in local development and local entrepreneurs present themselves as actors capable of contributing strongly to changing reality, facing adversity, in addition to contributing directly to the process of building a more prosperous community, inclusive and sustainable. As entrepreneurs from Igaporã face and overcome the challenges characteristic of a city the size of Igaporã-BA, they continue in search of continuous development.

Keywords: Entrepreneurship. Local Development. Small Business.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Microempreendedores individuais (MEIs) formalizados.....	12
Tabela 02 – População Total, Rural/Urbaa - Município - Igaporã – BA.....	23
Tabela 03 - Quantidade de Empresas por Atividade Principal.....	25
Tabela 04 - Quantidade de empresas por natureza jurídica.....	26

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Evolução do tamanho populacional.....	22
Gráfico 02 – Evolução do PIB.....	24

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Plano de Ação.....	32
---------------------------------------	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1 OBJETIVOS.....	11
1.1.1 <i>Objetivo Geral</i>	11
1.1.2 <i>Objetivos Específicos</i>	11
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1 EMPREENDEDORISMO: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS.....	12
2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL: PERSPECTIVAS E ABORDAGENS.....	14
2.3 RELAÇÃO ENTRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	17
3 METODOLOGIA.....	20
4. APRESENTAÇÃO DO CASO.....	21
4.1 CONTEXTO INVESTIGADO.....	21
4.2 CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDEDORISMO EM IGAPORÃ.....	25
4.3 CONTRIBUIÇÕES DO EMPREENDEDORISMO DE NEGÓCIOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	28
4.4 DESAFIOS E OBSTÁCULOS ENFRENTADOS PELOS EMPREENDEDORES LOCAIS.....	30
5. PLANO DE AÇÃO.....	32
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	41

1. INTRODUÇÃO

Dado que a globalização é um processo não muito antigo, contudo, foi com ela que o capitalismo iniciou sua expansão através da internacionalização do capital produtivo como forma de se disseminar, VIGEVANI (1998, p.3) afirma que “A palavra foi cunhada nos anos 80 e vinculava-se à ideia de Estados mercadores, tendo, portanto, uma matriz explicitamente econômica”. A globalização abrange a interconexão global na produção e comércio de bens em todo o mundo. Além disso, engloba o intercâmbio político, social e cultural entre nações, especialmente impulsionado pelas significativas mudanças resultantes do avanço das inovações científicas e tecnológicas na comunicação (Santos, 2001). Notadamente, tal processo integratório tende a aproximar os mercados, as pessoas e conseqüentemente aumentar tanto a produção como o acesso a informação e ao uso de novas tecnologias por sua vez, estimulado pelas constantes inovações.

Nesse sentido, este processo motiva o crescente aumento da concorrência entre as organizações de todos os portes. Ante esse cenário da globalização, verifica-se o surgimento da desproporcionalidade de crescimento entre as diversas regiões de um estado, país e, até mesmo entre continentes. Disparidade essa acarretada pelo cenário globalizador ao passo em que provoca a existência de desigualdades entre as diversas regiões que nem sempre são dotadas nas mesmas proporções dos fatores de produção de modo que possibilite a sua alavancagem a um patamar de desenvolvimento considerável (SANTOS, 2006).

Santos (2006) refere-se ao processo de globalização como ‘fabula’, a medida que a estrutura ideológica que dá sustentação as principais ações contemporâneas se alimentam reciprocamente, sugerindo o conceito de "aldeia global", que é empregado para sugerir que a rápida disseminação de notícias realmente informa as pessoas, criando a ilusão de que o mundo se tornou acessível a todos. Contudo, um mercado global avassalador é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta, mas, na realidade, as diferenças locais são aprofundadas. Embora haja uma busca por uniformidade a serviço dos atores hegemônicos, o mundo se torna menos coeso, afastando-se do ideal de uma cidadania verdadeiramente universal. Ao mesmo tempo, o culto ao consumo é ativamente incentivado.

Desponta então, a necessidade de existência de uma política voltada para os anseios econômicos locais, galgada através da articulação dos atores locais. Desse modo, teorias são criadas para servirem de instrumento que subsidie as localidades e/ou regiões no sentido de fortalecerem suas redes internas objetivando a materialização de um processo de desenvolvimento ali direcionado para a criação de condições que contemplem todos os entes,

tanto nos quesitos sociais como econômicos, através do deslocamento e geração de uma atividade produtiva. Segundo Marteleto e Silva (2004) nas ciências sociais, "redes" se refere a movimentos menos institucionalizados, focados na perpetuação e desenvolvimento de atividades individuais. Surgem a partir da conscientização de problemas em comunidades ou mobilizações mais amplas, estabelecendo estruturas institucionais ligadas a direitos e decisões. A posição de um indivíduo na rede depende do capital social e informacional que o mesmo agrega. O sucesso das ações é determinado pela ocupação de posições privilegiadas, com acesso especial a informações.

Assim, o presente trabalho parte da necessidade de encontrar caminhos adequados para que se tenha um desenvolvimento equilibrado, como promotor de uma melhor qualidade de vida para a sociedade. O desenvolvimento local é um tema transversal, dada a sua complexidade e por se tratar de um processo cíclico, estudos e pesquisas nesta área é sempre um campo aberto e um desafio para a sociedade moderna abrir caminho para um futuro melhor de uma determinada comunidade. Moura *et. al* (2003), enfatiza que o desenvolvimento local tem como principal foco a luta contra a exclusão social, priorizando ações em prol de pequenos empreendimentos e setores marginalizados pelo grande mercado. Assim, ao abordar o desenvolvimento de maneira concreta, é importante ressaltar sua composição, incluindo aspectos como desenvolvimento social, humano e sustentável, visando aprimorar a qualidade de vida das pessoas e da sociedade como um todo.

O empreendedorismo por si só desempenha um papel fundamental no processo de desenvolvimento local, contribuindo, por exemplo, para a geração de empregos e renda nos municípios. Logo, acredita-se que os pequenos empreendimentos com o apoio da gestão pública no desenvolvimento e concretização de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento local, tornam-se mais aptos a gerar transformações potenciais com efeitos positivos para o bem estar, a qualidade de vida e o crescimento econômico no âmbito municipal. Dito isso, Gimenez, Ferreira e Ramos (2008) pontuam que o empreendedorismo faz com que as pessoas que empreendem, sintam-se realizadas. Logo, pode ser atribuída a ele a capacidade de gerar valor individual, organizacional e também social.

Sabendo que o desenvolvimento local passa necessariamente pela valorização dos recursos endógenos, seus pilares fundamentais estão na valorização e exploração de oportunidades pelos empreendedores locais. Dito isso, tem-se que o problema de pesquisa que se pretende responder ao final desse estudo é: Como o empreendedorismo de negócios contribui para o desenvolvimento local em Igaporã?

Esse trabalho justifica-se devido as dificuldades de iniciativas locais favoráveis ao desenvolvimento em pequenas comunidades que podem ser melhoradas a partir do momento em que é possível identificar pessoas com potencial empreendedor, ou seja, que possuam características pessoais empreendedoras. Também, é de extrema relevância debater sobre o tema empreendedorismo, principalmente, nas pequenas cidades, que são a maioria na Bahia e no Brasil, essencial para promover a geração de emprego e renda nestes lugares, pois muitas vezes se caracterizam pela escassez de oportunidades de trabalho para seus habitantes e dificuldades em captar recursos financeiros por parte do poder público.

Ademais, os resultados obtidos ao final da pesquisa poderão ser utilizados como suporte para que o município de Igaporã – BA desenvolva e implemente políticas específicas que envolvam o empreendedorismo e o desenvolvimento local, capazes de melhorar o nível de vida de seus munícipes.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Elaborar um diagnóstico da realidade local, propondo estratégias para que o Poder Público Municipal possa fomentar o desenvolvimento endógeno por meio dos pequenos negócios.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Conceituar empreendedorismo e descrever as características do empreendedor;
- Identificar o perfil empreendedor local;
- Identificar as Políticas Públicas que incentivam o empreendedorismo;
- Avaliar a atividade empreendedora de negócios e o seu impacto sobre o contexto econômico local no município de Igaporã.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EMPREENDEDORISMO: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

A difusão do conceito de empreendedorismo no Brasil vem acontecendo nos últimos anos, com intensificação no final dos anos 1990. Esse interesse brusco pelo assunto pode ser justificado por vários fatores, não se constituindo como uma novidade. A preocupação com a concepção de pequenos empreendimentos duradouros e a necessidade de redução dos elevados índices de mortalidade dessas empresas, justificam a popularização do termo empreendedorismo, que tem sido alvo da atenção especial por parte do governo e de entidades de classe (DORNELAS, 2008).

O referido autor acrescenta que a atenção do governo se dá em decorrência das tentativas frustradas de estabilização da economia e da imposição proveniente do fenômeno da globalização, com isso, muitas empresas brasileiras de grande porte buscaram novas alternativas para elevar a competitividade, diminuir os custos e continuarem no mercado.

Segundo Dornelas (2019), o empreendedorismo é o processo de identificar, criar e explorar oportunidades para a criação de valor. Os empreendedores são agentes de mudança, capazes de identificar lacunas no mercado e transformar ideias em ações concretas. No Brasil, tem-se observado grande aumento no número de empreendedores. Conforme o Sebrae (2023), só microempreendedores individuais (MEIs) formalizados são mais de 15 milhões. E o número de novas formalizações tem se mantido em um patamar algo, ano após ano, conforme tabela a baixo.

Tabela 01 – Novos microempreendedores individuais (MEIs) formalizados.

<i>Ano</i>	<i>2020</i>	<i>2021</i>	<i>2022</i>
<i>Qnt</i>	1,9 milhões	1,9 milhões	1,5 milhões

Fonte: SEBRAE, 2023.

Nesse sentido, é importante destacar algumas características essenciais do empreendedorismo brasileiro. De acordo com Souza *et al.* (2021), a resiliência é uma característica comum entre os empreendedores no Brasil, dada a complexidade do ambiente de negócios e as adversidades enfrentadas. Além disso, o empreendedor possui iniciativa para criar um novo empreendimento, demonstrando grande paixão pelo que faz, aproveita-se dos recursos que tem à sua disposição de maneira criativa, gerando transformação nos ambientes

econômico e social no qual está inserido, e também está disposto a assumir riscos calculados, aceitando a possibilidade de que pode fracassar (DORNELAS, 2008).

Segundo Araújo e Ferreira (2021), o empreendedorismo no Brasil é marcado pela presença significativa do empreendedorismo informal, representado por empreendedores autônomos ou trabalhadores por conta própria. Essa realidade é reflexo da falta de oportunidades de trabalho formal, a necessidade de sobrevivência e a busca por autonomia. Conforme dados do IBGE, o Brasil possuía cerca de 39 milhões de trabalhadores atuavam na informalidade ao final do ano de 2023. São pessoas que atuam sem vínculo formal de trabalho registrado, atuando nos mais variados setores produtivos.

Por outro lado, o empreendedorismo de alto impacto e inovação também ganha destaque no Brasil. Para Bessant e Tidd (2019, p. 10), a inovação é movida pelo empreendedorismo e envolve uma “mistura potente de visão, paixão, energia, entusiasmo, *insight*, bom senso e o bom e velho esforço, que permite que ideias se transformem em realidade.”. De acordo com Mello *et. al.* (2020), esses empreendedores buscam explorar lacunas de mercado, alavancar a competitividade do país e promover a inovação como diferencial competitivo.

Importante mencionar ainda o empreendedorismo social. A denominação ‘empreendedor social’ representa uma mistura de direções que se caracterizam pela combinação do objetivo social em associação com as instituições sem fins lucrativos, com uma perspectiva empreendedora, associada ao modo dinâmico e inovador do empreendimento (PARENTE *et. al.*, 2011). Segundo Santos *et. al.* (2021), o empreendedorismo social no Brasil tem ganhado reconhecimento e apoio, impulsionado por organizações e programas que promovem o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.

É importante destacar que o empreendedorismo no Brasil enfrenta desafios característicos. Dentre eles, citam-se as dificuldades relacionadas à administração e as taxas elevadas de impostos, levando muitos empreendimentos a fecharem as portas em menos de cinco anos (PEDRO, 2021). Contudo, políticas públicas têm sido implementadas para mitigar esses obstáculos, promovendo a simplificação burocrática, a criação de linhas de crédito específicas e o fomento ao empreendedorismo por meio de parcerias e programas de capacitação, porém, discute-se a abrangência de tais ações.

2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL: PERSPECTIVAS E ABORDAGENS

O desenvolvimento local pode ser compreendido como um processo de fortalecimento das potencialidades e recursos presentes em uma determinada região, buscando melhorar as condições de vida da população e promover a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Essa abordagem tem sido fundamental para combater as desigualdades regionais e valorizar os recursos, sejam eles naturais, culturais ou econômicos (CARVALHO e MENESES, 2020).

Outra perspectiva discutida é a do desenvolvimento endógeno, que enfatiza a importância dos recursos locais e das potencialidades existentes na região. Segundo Carvalho e Meneses (2020), no Brasil, há uma valorização crescente das peculiaridades regionais e da participação ativa da comunidade local no processo de desenvolvimento. Nessa abordagem, o empreendedorismo é visto como um dos principais motores para impulsionar o desenvolvimento local, uma vez que promove a geração de empregos, a inovação e a criação de valor na região.

Além disso, destaca-se a abordagem dos arranjos produtivos locais (APLs) como uma estratégia de desenvolvimento local. Segundo Lastres e Cassiolato (2020), os APLs são aglomerações de empresas, instituições de ensino e pesquisa, entidades governamentais e outros atores locais que interagem de forma colaborativa visando a melhoria da competitividade e a geração de emprego e renda. No Brasil, os APLs têm sido incentivados e apoiados por políticas públicas, visando fortalecer setores específicos e promover a articulação entre os atores locais.

Outra abordagem importante é o desenvolvimento local sustentável, que busca conciliar o crescimento econômico com a preservação do meio ambiente e a inclusão social. Essa perspectiva tem ganhado destaque, principalmente nas regiões com recursos naturais abundantes, como a Amazônia e o Cerrado. Nesse sentido, Santos e Souza (2021) destacam a importância de políticas públicas que promovam a sustentabilidade ambiental, o manejo responsável dos recursos naturais e a valorização dos conhecimentos tradicionais das comunidades locais.

Além disso, é necessário considerar a participação da sociedade civil no desenvolvimento local. A mobilização social e a participação ativa da comunidade são fundamentais para o fortalecimento das iniciativas locais e para a construção de um desenvolvimento mais inclusivo e democrático. A abordagem do Desenvolvimento Territorial Integrado (DTI) destaca a importância do diálogo entre os diversos atores locais, como moradores, empreendedores, organizações da sociedade civil e poder público, visando à

construção conjunta de soluções e ao fortalecimento da governança local (OLIVEIRA *et. al.*, 2022).

Assim, compreender as perspectivas e abordagens do desenvolvimento local é essencial para identificar os desafios e oportunidades de cada região. Sob esta perspectiva, Fauré e Hasenclever (2007) pontuam que, de modo geral, é possível apontar dois grandes desafios no que se refere à promoção do desenvolvimento econômico local no contexto brasileiro. O primeiro consiste na fragilidade e na baixa expectativa de vida das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), já o segundo encontra-se na informalidade de muitas atividades, que tem por consequência, a falta de arrecadação tributária municipal e a perda da capacidade endógena do financiamento do desenvolvimento.

A consolidação do desenvolvimento endógeno enquanto propulsor de melhorias para o contexto local, parte do seu processamento enquanto criador potencial de um ambiente favorável e atrativo capaz de solidificar um desenvolvimento verdadeiramente local e viabilizar a atração e a localização de atividades econômicas inovadoras numa lógica de economia sustentável e aberta (AMARAL FILHO, 1999).

Nesse sentido, a ideia central da proposta do desenvolvimento endógeno centra-se nas possibilidades de desenvolvimento tomando como base o usufruto dos potenciais (naturais, humanos, culturais e econômicos) do local, associando ao instrumental econômico neoclássico, como agregação de valor, participação e gestão. No entanto, efetuar-lo dentro da própria lógica do marco conceitual com maior amplitude onde se insere, o faz sem transpor os limites dados pelo referido marco conceitual Braga (2002 *apud* DA SILVA RIOS, 2019).

Pensando assim, Barquero (2001) por sua vez pensa o conceito de rede como um emaranhado entre empresas, organizações e instituições sociais, sempre pautadas no conhecimento e confiança estabelecida entre tais atores, focando dentre outras coisas, o fomento a políticas públicas direcionadas a valorização dos recursos produtivos locais que por sua vez culminará no ensejado desenvolvimento local. Para que determinada localidade formule estratégias de valorização e fortalecimento de seus recursos e potencialidades organizacionais, devem, por conseguinte, estimularem processos de aprendizagem constantes, onde os atores responsáveis pela implementação de mudanças, possam dar respostas assertivas e constantes a infinidade de problemas.

A ideia central é estimular a incorporação do conceito de inovação nas práticas organizacionais, buscando valorizar os recursos locais, contribuindo para o processo de crescimento e desenvolvimento local. Sob esta perspectiva, considerando que a manifestação se dá por meio de mudanças que acontecem na sociedade, destruindo paradigmas sociais e

estabelecendo outras alternativas, sendo propenso a um ambiente social inovador. Assim como as inovações que tem por objetivo acolher as necessidades sociais, o desenvolvimento local, sob a ótica de atores sociais, possui a capacidade de fornecer mecanismos que permitam um olhar novo, voltado para as demandas sociais e para a concepção de alternativas que reduzam as desigualdades (PHILLS *et. al.*, 2008; MULS, 2008; DAWSON & DANIEL, 2010 *apud* JUSTEN *et. al.*, 2020).

A inovação surge então enquanto estratégia de diferenciação mercadológica para as empresas, enquanto sua prática possibilita o fortalecimento e valorização dos recursos produtivos locais frente ao mercado, elevando por tanto a rentabilidade e retorno dos investimentos ali empregados, fornecendo assim mais lucro e acesso a novos segmentos Tigre (2006, p.88 *apud* SANTOS) define inovação como:

Inovação refere-se a produtos e processos novos para a empresa, não sendo necessariamente novo para o mercado ou setor de atuação. No momento em que uma empresa está introduzindo novos produtos, modernizando seus processos e alterando suas rotinas organizacionais, ela está inovando. A inovação pode ter sido desenvolvida internamente ou em outra empresa ou instituição, não representando necessariamente uma novidade.

A lei da difusão da inovação foi lançada em 1962 pelo sociólogo e professor Everett Rogers em seu livro “*Difusão de Inovações*”, essa teoria visa compreender como as inovações se firmam no mercado e quais são os elementos que contribuem para sua disseminação.

Desta forma, Rogers (1962, p. 5) definiu difusão de inovação como “o processo pelo qual uma inovação é comunicada mediante certos canais, ao longo do tempo, entre os membros de um sistema social”, fazendo-se acolhida por empresas e/ou pessoas. O processo de difusão da inovação em um sistema produtivo local perpassa pela difusão do conhecimento assentado numa proposta de mudança empreendida por atores e agentes. As políticas públicas entram enquanto fomentadores do processo de inovação no sistema produtivo local, favorecendo inclusive o surgimento de novos empreendimentos e satisfazendo assim os anseios por produtos e serviços. É nesse cenário que o desenvolvimento endógeno surge como proposta de valorização dos recursos e potencialidades locais, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida e bem-estar social.

2.3 RELAÇÃO ENTRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

A relação entre empreendedorismo e desenvolvimento local é amplamente reconhecida no contexto brasileiro. Estudos têm demonstrado que o empreendedorismo pode impulsionar o crescimento econômico, a criação de empregos e a redução da desigualdade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões.

Segundo Filion (2017), o empreendedorismo local promove a diversificação da economia, reduzindo a dependência de setores específicos e estimulando a criação de redes de cooperação entre os empreendedores. No Brasil, as políticas públicas têm buscado incentivar o empreendedorismo como uma estratégia de desenvolvimento local, por meio de programas de apoio financeiro, capacitação e estímulo à inovação.

Além disso, a promoção do empreendedorismo nas comunidades locais contribui para a inclusão social e para o fortalecimento do capital social. Conforme Buarque (2019), o empreendedorismo social tem ganhado destaque no Brasil, impulsionado pela busca por soluções para problemas sociais e pela promoção da cidadania. Essas iniciativas empreendedoras pretendem combinar o impacto social positivo com a sustentabilidade financeira, promovendo a transformação local.

Dessa forma, a relação entre empreendedorismo e desenvolvimento local no Brasil é complexa e multifacetada, envolvendo uma variedade de atores, políticas e práticas. Segundo Vitte (2006, p. 78), para ocorrer o desenvolvimento local é necessário um conjunto de estratégias e ações para a construção de sua base. Tal afirmação reforça ainda mais a importância de políticas públicas como estratégia para fortalecer o empreendedorismo local, pois a partir dessas ferramentas é possível que os desafios sejam superados.

Compreender a relação entre empreendedorismo e desenvolvimento local é fundamental para promover o crescimento econômico e social, buscando superar desafios e aproveitar as oportunidades existentes em um país diverso e em constante transformação como o Brasil. O propósito do desenvolvimento econômico local (DEL) é construir a capacidade econômica de uma determinada área para melhorar sua perspectiva econômica e a qualidade de vida de todos (SEGATTO, 2013). Assim, é possível perceber que o empreendedorismo caminha lado a lado com o desenvolvimento, haja vista que através do empreendedorismo o desenvolvimento local pode ser possível e alcançado, por outro lado, percebe-se que em um local mais desenvolvido o empreendedorismo também pode-se expandir, cruzando fronteiras.

Tal interação, no Brasil, vai mais adiante do impacto econômico. Além de impulsionar a atividade econômica, o empreendedorismo pode promover a inclusão social, fortalecer o capital humano e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população. É importante considerar as características regionais e a diversidade socioeconômica do país. Segundo a educadora executiva Luciana Grechi (2023)

“A inclusão social no empreendedorismo contribui para o crescimento econômico sustentável, pois envolve o engajamento de grupos não representados na economia. Ao capacitar esses grupos a criar e expandir seus próprios negócios, geramos empregos, aumentamos a renda e impulsionamos a atividade econômica. Isso resulta em comunidades mais resilientes e fortalecidas” (Luciana Grechi, 2023).

É importante também evidenciar que o empreendedorismo local pode variar conforme as necessidades e peculiaridades de cada região, refletindo as dinâmicas sociais, culturais e econômicas específicas.

Uma das formas de compreender a relação entre empreendedorismo e desenvolvimento local é por meio do conceito de ecossistema empreendedor. Santos e Santos (2020) destacam que um ecossistema empreendedor é formado pela interação entre empreendedores, instituições de ensino e pesquisa, investidores, governo e outros atores-chave, em um ambiente favorável à criação e crescimento de negócios inovadores. No Brasil, têm sido observados esforços para promover a criação de ecossistemas empreendedores em diferentes cidades e regiões, visando estimular a colaboração, a troca de conhecimento e o acesso a recursos para empreendedores locais.

Outro aspecto relevante é o papel das políticas públicas no estímulo ao empreendedorismo e ao desenvolvimento local. Höfling (2001) considera as políticas públicas como o “Estado em ação”, isto é, a maneira como o Estado interfere nas relações sociais e econômicas, buscando assim diminuir as desigualdades e incentivar o empreendedorismo, principalmente quando se trata de empreender localmente. O governo brasileiro tem implementado programas e iniciativas para apoiar o empreendedorismo ao nível local, por meio de parcerias público-privadas, incentivos fiscais, acesso a crédito e capacitação empreendedora. Essas políticas visam criar um ambiente propício para o surgimento e crescimento de empreendimentos, além de buscar reduzir as desigualdades e promover a inclusão social.

É importante ressaltar que a relação entre empreendedorismo e desenvolvimento local não é linear e enfrenta desafios. Dificuldades como burocracia, falta de acesso a

financiamento e infraestrutura precária podem limitar o potencial empreendedor das regiões. Além disso, questões sociais, como a desigualdade de gênero e a exclusão de grupos marginalizados, devem ser consideradas para promover um empreendedorismo mais inclusivo e equitativo.

No entanto, quando o empreendedorismo local é incentivado e apoiado de maneira adequada, este gera resultados positivos para toda a comunidade ali envolvida. Como já dito pelo filósofo e economista Smith (1776), “o desenvolvimento econômico é a riqueza de uma nação.” Justificando mais uma vez o papel crucial que o empreendedorismo tem diante da sociedade, pois este pode gerar impactos significativos no desenvolvimento socioeconômico. A criação de empregos, a geração de renda, o estímulo à inovação e a promoção da sustentabilidade são alguns dos benefícios que o empreendedorismo pode trazer para o desenvolvimento local no Brasil.

Além disso, a relação entre empreendedorismo e desenvolvimento local no Brasil também envolve aspectos culturais e sociais. A diversidade cultural do país proporciona um cenário propício para a criação de empreendimentos que valorizem a identidade local e promovem a economia criativa.

Para Costa (2001 *apud* Silva Junior), o desenvolvimento local deve estar associado a um processo de crescimento econômico de maneira endógena, no qual os fatores locais do tipo produtivo, social e cultural são decisivos. O empreendedorismo cultural e criativo, por exemplo, tem ganhado destaque como uma forma de impulsionar o desenvolvimento local, por meio da valorização do patrimônio cultural, das artes, da música, do artesanato e do turismo. Essas iniciativas empreendedoras não só geram impactos econômicos, mas também contribuem para a preservação da cultura e do conhecimento tradicional, promovendo a identidade local e fortalecendo o senso de pertencimento da comunidade.

O empreendedorismo social tem sido reconhecido como uma importante forma de promover o desenvolvimento local com um foco na resolução de problemas sociais e ambientais. Empreendedores sociais direcionam os seus esforços para a promoção de melhorias na vida de inúmeras pessoas por todo o mundo. Geralmente, eles identificam a necessidade da comunidade em que vivem e, a partir disso, desenvolvem trabalhos voltados para a transformação desse meio. O objetivo central dessas ações consiste na geração de melhorias nas condições de vida, informação, cultura, profissionalização e contribuição para o bem-estar e geração de valor social (SEBRAE, 2022).

Esses conceitos reforçam a importância de compreender a relação entre empreendedorismo e desenvolvimento local, considerando as particularidades regionais, a

diversidade cultural e as demandas sociais. O empreendedorismo, quando conectado ao desenvolvimento local, pode gerar resultados positivos que vão além do crescimento econômico, impactando diretamente a qualidade de vida das pessoas, a valorização da cultura e a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

3 METODOLOGIA

O presente estudo adotou uma abordagem qualitativa, por buscar compreender e interpretar as relações entre empreendedorismo e desenvolvimento local na cidade de Igaporã – BA, sendo embasada pela utilização da pesquisa exploratória, realizada por revisão literária, a fim de atender os objetivos do presente estudo, proporcionando um maior conhecimento do assunto investigado.

A escolha de um estudo qualitativo, para explicar a relação entre empreendedorismo e desenvolvimento local, em municípios de pequeno porte, deve-se à necessidade de aprofundar o tema da pesquisa, uma vez que o estudo busca identificar os agentes do processo, a continuidade e/ou prioridades que podem surgir ao longo da pesquisa. Godoy (1995) afirma que com a abordagem qualitativa é possível obter dados predominantemente descritivos sobre pessoas, processos interativos, através do contato direto do pesquisador com a situação a ser estudada, tem o intuito de compreender uma situação específica e subjetiva, com interpretação dos dados e significados básicos dos documentos expostos.

Foi adotado também o método descritivo. De acordo Gil (1999) a pesquisa descritiva tem como finalidade delinear características de um fenômeno e adotam uma técnica padronizada para coletar dados.

O tipo de pesquisa é exploratória por ter o objetivo de explicitar maior entendimento do problema, embasando-se no seu maior conhecimento e familiarizando com um assunto ainda pouco explorado. Segundo Vergara (2010) a pesquisa exploratória é realizada na área em que há pouco conhecimento acumulado e sistematizado.

Contempla ainda a pesquisa bibliográfica, que consistiu na revisão sistemática da literatura existente sobre empreendedorismo, desenvolvimento local e estudos relacionados ao tema proposto, buscando embasar teoricamente o trabalho, sendo proveniente de consulta das informações publicadas, do estudo dirigido sobre a investigação, à sistematização de ideias de autores com suas argumentações e análises sobre o tema, seus embasamentos teóricos que foram fundamentados anteriormente. A pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado

desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral (VERGARA, 2010).

Atende ainda a investigação documental em documentos conservados e disponibilizados por fontes seguras, sob o tema em estudo. Segundo Lakatos; Marconi (2001) a principal característica de uma pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escrita ou não. De acordo Gil (2008) a pesquisa documental é uma leitura aprofundada das fontes, realizada a partir de documentos e rica em dados que favorece em baixos custos.

O procedimento para a coleta de dados foi feito junto a Sala do Empreendedor e também em bancos digitais como a plataforma Data Sebrae, na base de dados do Índice de Governança Municipal do Conselho Federal de Administração e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, os quais disponibilizaram dados e estudos empíricos e de revisão de literatura sobre o tema abordado. Desse modo, foram selecionados para a leitura, artigo, monografias, teses, dissertações, publicações de dados e livros que discutem a temática. Nesta seleção foram incluídos estudos que se apresentam de forma integral em domínio público.

Segundo Marconi e Lakatos (2007) esta modalidade de pesquisa é definido como o levantamento, seleção e documentação da bibliografia que já foi publicada sobre a temática e possibilita que o pesquisador entre em contato com estes materiais e aprofunde os conhecimentos sobre o assunto.

Como técnica para a análise dos dados foi utilizada a análise de conteúdo. Esse tipo de técnica nos permite extrair conteúdos por trás das mensagens analisadas e assim enriquecer a leitura (BARDIN, 1977, p. 30). Para análise dos dados foi utilizado ainda o Microsoft Excel (2013) para elaboração de tabelas, planilhas e gráficos. Essa abordagem permitiu uma análise aprofundada e contextualizada dos resultados, proporcionando uma visão abrangente e fundamentada sobre o tema proposto.

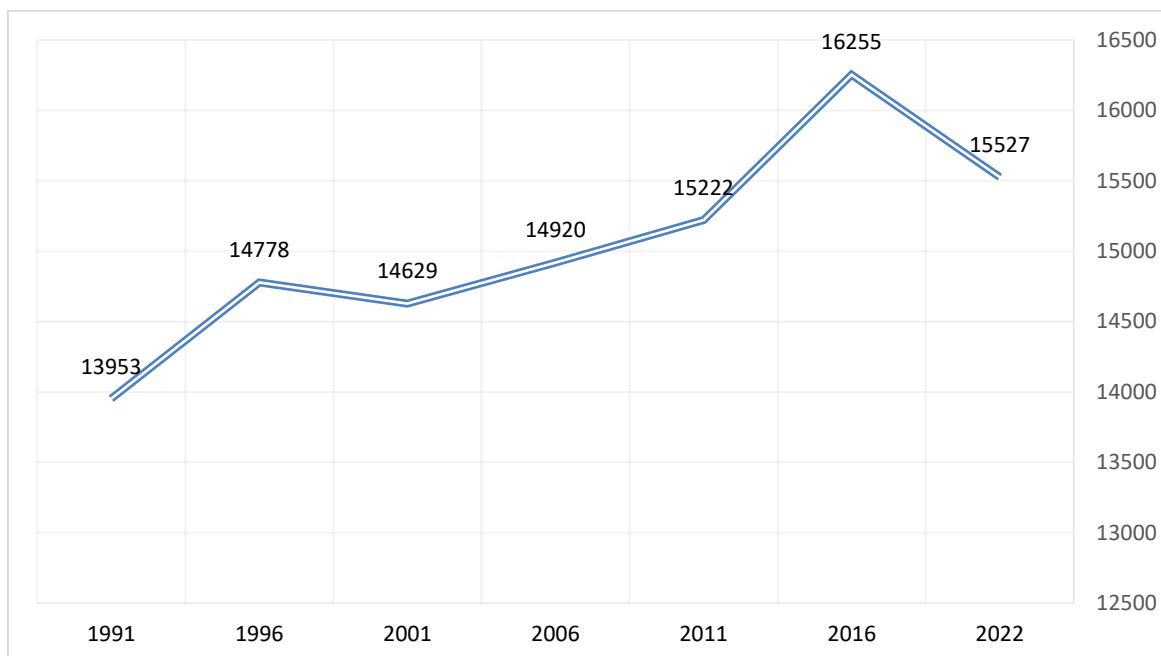
4. APRESENTAÇÃO DO CASO

4.1 CONTEXTO INVESTIGADO

O município de Igaporã está localizado na área de identidade do Velho Chico, distante cerca de 677 quilômetros da capital baiana, tem como municípios limítrofes: Macaúbas, Guanambi, Palmas de Monte Alto, Tanque Novo, Caetité, Matina e Riacho de Santana. A economia é fortemente dependente do comércio, serviços e produção agrícola. Segundo o

IBGE, de acordo com o censo realizado no ano de 2022, a população era de 15.527 habitantes e a densidade demográfica era de 18,56 habitantes por quilômetro quadrado.

Gráfico 1 – Evolução do tamanho populacional.



Fonte: IBGE (2022.)

Observa-se nos dados apresentados no gráfico que, nos últimos 30 anos, a população local apresentou um tímido crescimento de apenas 11,3%, contudo, nos últimos 5 anos do período em questão apresentou decréscimo de -4,5% no número de habitantes no município.

Esse baixo crescimento é melhor representado na Tabela 1, onde pode ser observado que a quantidade de habitantes em Igaporã está aumentando a uma taxa média anual relativamente baixa se comparada com a média nacional. No período de 1991 a 2000, a taxa de crescimento populacional do município foi de 0,11%, enquanto na Bahia e no Brasil as taxas foram de 1,08% e 1,63%, respectivamente. Durante esse período, a porcentagem de moradores urbanos em Igaporã aumentou de 38,56% para 45,92%. Entre 2000 e 2010, foi registrado um aumento na taxa média anual de crescimento, alcançando 0,17%, sendo que a média nacional foi de 1,17% no mesmo período. Durante essa década, a porcentagem de moradores urbanos em Igaporã aumentou de 45,92% para 51,72%, indicando que a população na área urbana superou a população na área rural. Contudo, nos últimos 5 anos em questão a taxa de crescimento foi relativamente pequena, ficando até mesmo negativa se comparada a todo o período em análise.

Tabela 02 – População Total, Rural/Urba - Município - Igaporã – BA

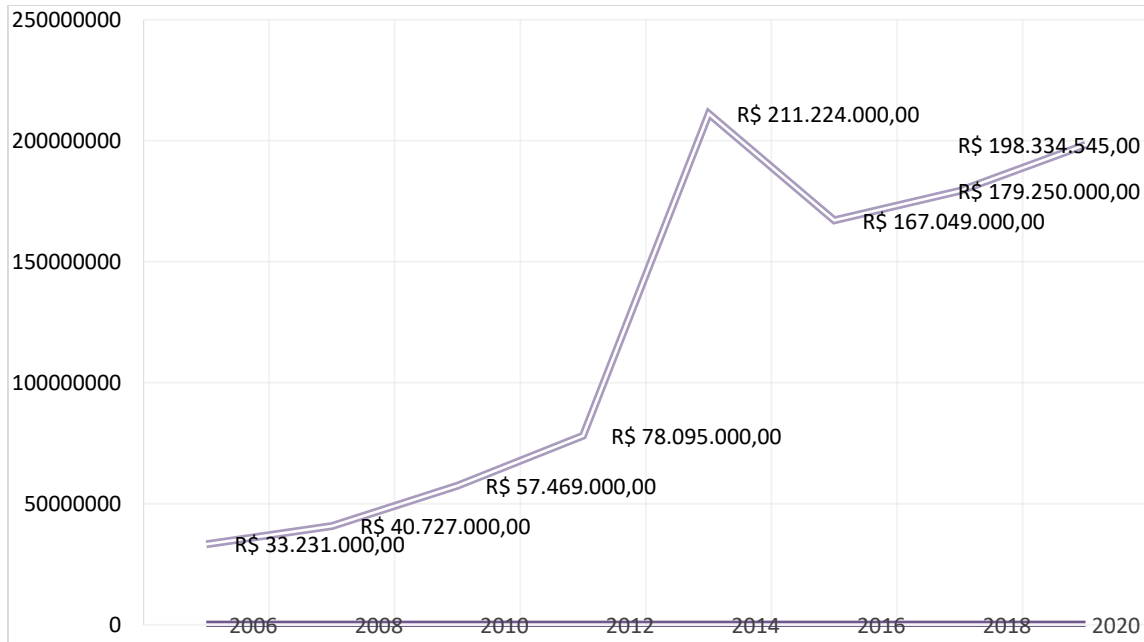
	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)	População (2021)	% do Total (2021)
População total	15.308	100,00	15.463	100,00	15.205	100,00	15.661	100%
População urbana	5.903	38,56	7.101	45,92	7.864	51,72	8.100	51,72%
População rural	9.405	61,44	8.362	54,08	7.341	48,28	7.561	48,28%

Fonte: Adaptado pelos autores – Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, PNUD, Ipea e FJP.

Ainda segundo o IBGE, em 2021 o salário médio mensal era de 1,6 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 9,9%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 315 de 417 e 153 de 417, respectivamente. O PIB *per capita* era de R\$ 12.664,23, valor inferior à média estadual e da pequena região de Guanambi, que respectivamente respondem por R\$ 23,5 mil e R\$ 13,4 mil. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 167 de 417 entre os municípios do estado, e o IDH do município em 2010 foi de 0,614. Dentre as principais atividades desenvolvidas no município, o setor de comércio e serviços respondeu por 82,9% das atividades econômicas do município em 2013 (IBGE/SEI, 2013).

Ainda falando sobre o PIB, que para Jannuzzi (2014, p.94) “é o indicador mais abrangente da produção e crescimento econômico, cobrindo os bens e serviços finais produzidos na esfera pública e privada no país e suas regiões”, e tem por objetivo aferir o valor de tudo o que foi produzido em uma determinada região, o de Igaporã é de cerca de R\$ 198,3 milhões de reais, sendo que 35,3% do valor adicionado advém da administração pública, na sequência aparecem as participações do setor industrial (30,5%), dos serviços (25,8%) e da agropecuária (8,4%).

Entre os anos de 2006 a 2021, o crescimento do PIB municipal apresentou o 7º melhor desempenho da região imediata. Porém, nos últimos dez anos, o crescimento nominal do nível de atividade do município foi de 245,1% e a taxa apresentada dos últimos 5 anos foi de 18,7%, conforme pode ser vista no gráfico a seguir.

Gráfico 02 – Evolução do PIB.

Fonte: IBGE, 2022.

Um fato a se destacar, conforme dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Igaporã, em 2014, atingiu um indicador histórico a nível federal, apresentando o melhor desempenho entre os 417 municípios baianos, obtendo um percentual de 222,53 % no Índice de Dinâmica Econômica Municipal – IDEM, esse índice tem como objetivo analisar a expansão da estrutura econômica do município por meio do acompanhamento, com levantamento de dados econômicos, do comportamento e da dinâmica das atividades econômicas a nível local. E segundo a SEI, esse percentual se deve apenas ao início da construção e operação de parques eólicos. Não obstante, acredita-se que tal crescimento tão exponencial esteja relacionado a construção de parques eólicos no município. Já no período subsequente, com a diminuição no ritmo das obras, houve redução nos números apresentados, todavia, mantendo num nível superior ao ano de 2013, antecedente ao início das obras.

Embora não possua uma infraestrutura comercial e de serviços adequada, é comum consumidores ter que recorrer a cidades maiores como Caetitê, Guanambi, Bom Jesus da Lapa e Vitória da Conquista para realizarem compras e até mesmo ter acesso a serviços especializados. A sede do município é cortada pela rodovia federal BR 430 interligando o município com as regiões oeste e sul do estado, os estados da região sul e centro oeste do país, ocupando assim uma posição logística estratégica diante de tais interligações.

4.2 CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDEDORISMO EM IGAPORÃ

O empreendedorismo em Igaporã, uma cidade situada no estado da Bahia, reflete um panorama dinâmico e multifacetado, ilustrando um modelo de desenvolvimento que se alinha tanto aos desafios quanto às oportunidades geradas pela economia local. Segundo o portal Casa dos Dados, o município conta com um quantitativo de 718 empresas abertas. Este ambiente empreendedor é caracterizado pela resiliência e adaptabilidade de seus empreendedores, que buscam superar obstáculos econômicos e sociais enquanto capitalizam os recursos endógenos e as particularidades culturais da região (BESSANT, 2019).

Tabela 03 - Quantidade de Empresas por Atividade Principal.

POSIÇÃO	ATIVIDADE PRINCIPAL	TOTAL	PERCENT
1º	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	45	6.27 %
2º	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	31	4.32 %
3º	Transporte escolar	31	4.32 %
4º	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	29	4.04 %
5º	Geração de energia elétrica	23	3.20 %
6º	Comércio varejista de materiais de construção em geral	18	2.51 %
7º	Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	16	2.23 %
8º	Cabeleireiros, manicure e pedicure	16	2.23 %
9º	Promoção de vendas	15	2.09 %
10º	Comércio varejista de artigos de armarinho	14	1.95 %

Fonte: Casa dos dados (2024)

Inicialmente, o empreendedorismo em Igaporã se destaca por sua contribuição significativa ao desenvolvimento local, promovendo a criação de empregos e fomentando a circulação de renda dentro da comunidade. Empreendedores locais, ao darem vida a novas ideias de negócios, não apenas se posicionam como atores-chave no estímulo à economia local, mas também atuam como catalisadores de mudança social e econômica, impulsionando a diversificação das atividades econômicas do município.

Tabela 04 - Quantidade de empresas por natureza jurídica.

POSIÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	TOTAL	PORCENTAGEM
1º	Empresário (Individual)	487	67.83 %
2º	Sociedade Empresária Limitada	111	15.46 %
3º	Associação Privada	58	8.08 %
4º	Sociedade Anônima Fechada	13	1.81 %
5º	Órgão De Direção Local De Partido Político	12	1.67 %
6º	Empresário (Individual)	6	0.84 %

Fonte: Casa de Dados (2024).

A predominância do comércio e dos serviços na economia de Igaporã reflete a natureza empreendedora dos seus moradores. A iniciativa de abrir pequenos e médios empreendimentos, tais como lojas de varejo, restaurantes, lanchonetes ou salões de beleza, demonstra uma busca constante por atender às necessidades locais e gerar renda. Essa orientação para o comércio e serviços não apenas responde às demandas da comunidade, mas também cria um ciclo virtuoso de crescimento econômico sustentável.

Outro aspecto relevante do empreendedorismo em Igaporã é a exploração de nichos de mercado específicos, que valorizam os recursos naturais e culturais da região. Empreendimentos que focam no turismo ecológico, artesanato local e produtos agrícolas regionais se tornam opções promissoras e são exemplos de como o empreendedorismo pode alavancar os ativos locais, promovendo o desenvolvimento sustentável e reforçando a identidade cultural da cidade.

Adicionalmente, a inovação emerge como uma característica marcante entre os empreendedores de Igaporã. A capacidade de inovar, seja através da introdução de novos produtos e serviços, seja pela adoção de novas tecnologias nos processos produtivos, evidencia um esforço contínuo para melhorar a competitividade e a eficiência das atividades econômicas locais. Esta disposição para inovar não só melhora a oferta de bens e serviços na região, mas também estimula a criatividade e o espírito empreendedor entre os moradores.

A resiliência é, sem dúvida, uma das características mais notáveis do empreendedorismo em Igaporã. Empreendedores locais enfrentam desafios como a limitada infraestrutura, acesso restrito a financiamento e um ambiente de negócios muitas vezes burocrático. No entanto, sua persistência em superar tais obstáculos demonstra um compromisso profundo com o crescimento e a melhoria da comunidade local.

O papel das redes sociais e comunitárias também se destaca no contexto empreendedor de Igaporã. A colaboração entre empreendedores, o apoio mútuo e o compartilhamento de

recursos e conhecimentos são fundamentais para o fortalecimento do ecossistema empreendedor local. Essas redes não apenas facilitam o acesso a recursos, mas também promovem uma cultura de solidariedade e cooperação, essenciais para o desenvolvimento local (BESSANT, 2019).

Empreendedores de Igaporã também demonstram um forte senso de responsabilidade social, buscando não apenas o sucesso econômico, mas também contribuir positivamente para a sociedade. Iniciativas que visam resolver problemas sociais, como a geração de empregos para grupos marginalizados e a promoção da educação e da saúde, refletem um empreendedorismo que transcende o âmbito puramente econômico, alinhando-se com os objetivos de desenvolvimento sustentável da região.

O ambiente regulatório e de políticas públicas em Igaporã, embora apresente desafios, também oferece oportunidades para os empreendedores. A interação com o governo local, seja através do diálogo para a melhoria do ambiente de negócios ou através da participação em programas de apoio ao empreendedorismo, é um aspecto crucial para o fortalecimento do tecido empresarial local e para o estímulo ao desenvolvimento econômico sustentável.

Nesse sentido, a interação com as políticas públicas não se limita à busca por incentivos financeiros ou benefícios fiscais; ela abrange também a participação ativa na formulação e no aprimoramento de políticas que enderecem as necessidades específicas do empreendedorismo local. Ainda neste sentido, observa-se a existência de uma Sala do Empreendedor e a LEI N.º 212 DE 21 DE MAIO DE 2010, que Regulamenta no município de Igaporã o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de pequeno porte de que trata a Lei Complementar Federal nº. 123, de 2006, e dá outras providências, ações essas que foram e são empreendidas para contribuir com o cenário local.

Este engajamento com o poder público, portanto, sublinha a importância de uma governança colaborativa, onde empreendedores, governo e a sociedade civil trabalham conjuntamente para criar um ambiente propício ao desenvolvimento econômico e social (CARVALHO, 2020).

Assim, o empreendedorismo em Igaporã evidencia uma rica tapeçaria de iniciativas que, embora confrontadas com desafios significativos, continuam a impulsionar a inovação, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. Ao fazer isso, não apenas reforça a economia local, mas também contribui para a construção de uma comunidade mais coesa, resiliente e próspera, onde o potencial de cada indivíduo pode ser plenamente realizado. Portanto, a jornada empreendedora em Igaporã é um testemunho do poder transformador do

empreendedorismo, refletindo o seu papel indispensável na promoção do desenvolvimento local e na melhoria da qualidade de vida de todos os seus habitantes.

4.3 CONTRIBUIÇÕES DO EMPREENDEDORISMO DE NEGÓCIOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.

Através da criação de novos negócios e da expansão dos existentes, os empreendedores locais contribuem significativamente para a diversificação da base econômica da região, introduzindo novos produtos e serviços que atendem às necessidades da comunidade e geram empregos, impulsionando, assim, a economia local (PARENTE, 2011).

Além do impacto econômico direto, o empreendedorismo em Igaporã estimula o desenvolvimento de um ecossistema empresarial vibrante, no qual pequenas empresas coexistem com negócios tradicionais, criando um ambiente dinâmico que favorece a colaboração, a transferência de conhecimento e a inovação. Este ambiente propício não apenas atrai investimentos, mas também incentiva a permanência de talentos locais que, de outra forma, poderiam buscar oportunidades em áreas mais desenvolvidas, combatendo assim o êxodo rural e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico sustentável da região (CARVALHO, 2020).

Empreendimentos locais muitas vezes se baseiam em práticas sustentáveis e na valorização dos recursos naturais e culturais de Igaporã, contribuindo para o desenvolvimento econômico sem comprometer o ambiente. Tais iniciativas não apenas preservam o patrimônio local para as gerações futuras, mas também promovem o turismo ecológico e cultural, gerando uma nova fonte de renda para a comunidade e aumentando a conscientização sobre a importância da conservação ambiental e da sustentabilidade.

O empreendedorismo também tem um impacto significativo na coesão social de Igaporã. Ao promover a inclusão econômica e social, especialmente entre os grupos vulneráveis, os empreendimentos locais ajudam a reduzir as disparidades sociais, aqui podemos citar associações rurais que estão se estruturando e já fornecendo itens da agricultura familiar para a gestão pública através de programa como o PNAE e o PAA. Empreendimentos geridos por mulheres, jovens e minorias estão em alta e não só desafiam as estruturas de poder tradicionais, mas também fomentam uma cultura de igualdade e respeito mútuo, essenciais para o desenvolvimento social.

Através da inovação social, muitos empreendedores de Igaporã abordam problemas sociais complexos, desenvolvendo soluções criativas que melhoram o bem-estar da

comunidade. Estas iniciativas empreendedoras, que vão desde o fornecimento de acesso a serviços básicos até a criação de programas de educação e formação, não apenas resolvem necessidades imediatas, mas também criam as bases para um desenvolvimento local sustentável a longo prazo (PARENTE, 2011).

A colaboração entre o setor empreendedor e as instituições de ensino de Igarorã e região é algo que precisa ser potencializado, pois tal relação também contribui para o desenvolvimento local ao promover a educação empreendedora e a pesquisa aplicada. Essa parceria assegura dentre outras coisas que a formação oferecida esteja alinhada às necessidades do mercado local, preparando uma força de trabalho qualificada que sustentará o crescimento e a inovação futuros na região.

Os empreendedores de Igarorã, ao adotarem tecnologias digitais e soluções inovadoras, não apenas aumentam a competitividade de seus próprios negócios, mas também incentivam a modernização do setor produtivo local. A digitalização e a inovação tecnológica são essenciais para superar barreiras geográficas e logísticas, permitindo que empresas locais alcancem mercados mais amplos e contribuam para a integração econômica da região no cenário global (CARVALHO, 2020).

O empreendedorismo fortalece a governança local ao incentivar a participação cívica e a transparência. Empreendedores engajados contribuem para o debate público e para a formulação de políticas que apoiam o desenvolvimento econômico local, garantindo que as decisões reflitam as necessidades e as aspirações da comunidade.

Através da criação de redes de negócios e associações de empreendedores, o empreendedorismo em Igarorã promove a solidariedade entre os empresários locais. Essas redes facilitam o compartilhamento de recursos, experiências e melhores práticas, fortalecendo a resiliência dos negócios locais diante de desafios econômicos e fortificando o tecido empresarial da região como um todo.

Finalmente, o empreendedorismo em Igarorã serve como um catalisador para o desenvolvimento de políticas públicas inovadoras. Ao demonstrar a viabilidade de modelos de negócios sustentáveis e socialmente responsáveis, os empreendedores locais inspiram a adoção de estratégias de desenvolvimento que priorizam o bem-estar econômico, social e ambiental, pavimentando o caminho para um futuro mais próspero e sustentável para a comunidade (CARVALHO, 2020).

4.4 DESAFIOS E OBSTÁCULOS ENFRENTADOS PELOS EMPREENDEDORES LOCAIS.

Os empreendedores de Igaporã enfrentam uma série de desafios e obstáculos que testam sua resiliência e capacidade de inovação. Primeiramente, a limitada infraestrutura física e digital apresenta-se como um desafio significativo, restringindo o acesso a mercados mais amplos e complicando as operações diárias. A precariedade das vias de transporte, a intermitência dos serviços de internet não só aumentam os custos operacionais, mas também limitam a capacidade de expansão dos negócios locais (PARENTE, 2011).

Adicionalmente, o acesso ao crédito é outro obstáculo substancial. As elevadas taxas de juros, aliadas a exigências burocráticas rígidas por parte das instituições financeiras, tornam o financiamento um recurso distante para muitos empreendedores. Essa dificuldade em obter capital para investir em novos projetos ou expandir os existentes trava o potencial de crescimento do empreendedorismo local e inibe a inovação.

A carga tributária brasileira, notoriamente complexa e onerosa, representa mais uma barreira. A complexidade do sistema tributário não só demanda um considerável esforço administrativo para sua gestão, mas também consome recursos que poderiam ser investidos no desenvolvimento do negócio. Pequenos empreendedores, especialmente, sentem-se desafiados a manter a conformidade fiscal, ao mesmo tempo que buscam a sustentabilidade financeira de suas iniciativas (BUARQUE, 2020).

A falta de apoio institucional e de políticas públicas específicas voltadas ao fomento do empreendedorismo em áreas menos desenvolvidas, como Igaporã, também é um desafio. Embora existam programas governamentais de apoio ao empreendedorismo, como o próprio DesenBahia do Governo do Estado da Bahia – agência baiana de fomento voltada para a expansão sustentável da econômica local e regional, muitas vezes eles não alcançam ou não são adaptados à realidade das pequenas cidades, deixando uma lacuna no suporte necessário para o desenvolvimento de novos negócios e a inovação.

Além disso, a escassez de oportunidades de capacitação e formação empreendedora limita o desenvolvimento de habilidades críticas para a gestão e o crescimento de negócios. A falta de conhecimento em áreas chave, como gestão financeira, marketing digital e estratégias de vendas, impede que empreendedores maximizem o potencial de seus empreendimentos. Mesmo tendo uma Sala do Empreendedor no município, em parceria com o SEBRAE, a mesma não consegue empreender ações mais efetivas nesse sentido da formação, além de também nem ser tão procurada pelos próprios empresários e empreendedores locais.

A concorrência com grandes corporações e a saturação de mercados são desafios adicionais que empreendedores de Igaporã enfrentam. Empresas maiores, com mais recursos e alcance, podem ofuscar os negócios locais, dificultando a obtenção de uma fatia do mercado e a construção de uma base de clientes leais. A competição intensa exige que os empreendedores locais se diferenciem através da inovação e da oferta de produtos e serviços de alta qualidade (BUARQUE, 2020).

O impacto de crises econômicas e sanitárias globais, como a pandemia de COVID-19, evidenciou a vulnerabilidade dos pequenos negócios a choques externos. A necessidade de rápida adaptação às mudanças de cenário e às novas demandas dos consumidores destacou a importância da flexibilidade e da resiliência, mas também sublinhou as dificuldades enfrentadas pelos empreendedores em ambientes de incerteza.

A resistência cultural a novas ideias e modelos de negócio também pode ser um obstáculo. Em comunidades menores e mais tradicionais, como Igaporã, inovações disruptivas podem enfrentar o ceticismo da população local. Superar essas barreiras culturais requer dos empreendedores não apenas visão e determinação, mas também habilidades de comunicação eficazes para engajar a comunidade e construir confiança em torno de novos conceitos e produtos (PARENTE, 2011).

O isolamento geográfico de Igaporã, combinado com uma rede limitada de contatos profissionais, pode dificultar o acesso a parcerias estratégicas e a mercados externos. A construção de redes de negócios é essencial para o crescimento empresarial, mas em áreas mais remotas, a falta de conexões pode limitar as oportunidades de colaboração e expansão.

Finalmente, enfrentar esses desafios requer dos empreendedores de Igaporã uma combinação de criatividade, determinação e perseverança. Embora os obstáculos sejam muitos e variados, a capacidade de superá-los não só fortalece os negócios individuais, mas também contribui para o vigor e a resiliência da economia local como um todo. Os empreendedores de Igaporã, apesar das adversidades, continuam a ser uma força motriz para a inovação e o desenvolvimento na região, demonstrando o poder transformador do empreendedorismo no enfrentamento de desafios e na promoção do crescimento sustentável (BUARQUE, 2020).

5. PLANO DE AÇÃO

Diante do atual cenário vislumbrado na realidade local, sugere-se o seguinte plano de ação, com base na metodologia 5W2H, a ser implementada pelo Executivo Municipal em parceria com o SEBRAE, escolhido por ser referência no assunto, fomento ao empreendedorismo como estratégia para promoção do desenvolvimento local.

Para estruturar o plano de ação do problema relatado, será realizado um acompanhamento utilizando a metodologia 5W2H ou 5W1H, já que o custo só pode ser definido a partir das escolhas das soluções do Sebrae que será mais adequada em cada região.

Quadro 01 – Plano de Ação.

Etapa	Descrição
O quê?	Criar um plano de ação com oportunidades para o desenvolvimento local por meio de fomento ao empreendedorismo de negócios e apoio as micro e pequenas empresas.
Por quê?	Para o desenvolvimento local em Igaporã – Ba, contribuindo para a geração de emprego, renda e criar condições necessárias para disseminar a cultura empreendedora, para gerar renda, e oportunidades de trabalho e progresso das micro e pequenas empresas locais.
Quem?	Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria de Cultura e Turismo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento e da Sala do Empreendedor em parceria com o Sebrae e Instituições de ensino do município e da região.
Onde?	Igaporã – BA
Quando?	Nos anos de 2024 e 2025
Como?	<ol style="list-style-type: none"> 1) Elaboração de um roteiro com ações pontuais a serem desenvolvidas; 2) Estabelecer o foco do município nas suas regiões estratégicas; 3) Capacitar multiplicadores locais da cultura empreendedora; 4) Traçar a vocação econômica do município; 5) Identificar o fio condutor dos empresários; 6) Sensibilizar os empreendedores e empresários; 7) Traçar a vocação econômica de cada região, alinhada como anseios dos agentes locais; 8) Sensibilizar os empreendimentos a serem atendidos para o uso de soluções e ferramentas fornecidas pelo SEBRAE; 9) Trabalhar o comportamento empreendedor; 10) Definição de cronograma de ação; 11) Definição de outras parcerias que se fizerem necessárias ao longo do processo; 12) Gerar indicadores e mapeamento dos índices.
Quanto custa?	O custo desse plano de ação envolve os gastos de cada etapa,

	envolvendo as despesas já existentes com pessoal, além do cobrado pelo SEBRAE para o estabelecimento da parceria.
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O objetivo deste trabalho é propor estratégias para o que o município de Igarorã possa fomentar o desenvolvimento local por meio do empreendedorismo e apoio a pequenos negócios. O Executivo Municipal em parceria com o Sebrae e demais atores locais poderão por este plano de ação do papel. Indispensável o estabelecimento dessa parceria na construção de um ecossistema econômico, sustentável e positivo conforme mencionado na base teórica deste trabalho.

Este planejamento deverá ser iniciado com a formulação de um itinerário que contenha o que e como deverá ser executado de ações durante os anos de 2024 e 2025, para contribuir com o fomento ao empreendedorismo e desenvolvimento local, criando assim um ambiente propenso a potencialização dos recursos locais. Já conforme o item 2, o município deverá identificar as principais regiões estratégicas para implementação de ações e trabalho em conjunto com os demais parceiros do projeto. Para que esse trabalho seja feito com maior eficiência, sugere que lance mão do trabalho com multiplicadores locais, para que o trabalho consiga atingir cada região do município, tais indivíduos devem ainda ser capazes de identificar as potencialidades e o perfil de cada região.

Embora não mencionado na análise objetiva do município, um ponto de grande relevância que necessita ser trabalhado é a qualificação dos atores e agentes locais. Sabe-se que a falta de capacitação, voltada para a finalidade do desenvolvimento e estímulo ao empreendedorismo, remete a retrocesso, assim, sugere-se que ações também sejam empreendidas nesse sentido, visando contribuir para que tais habilidades de identificação no contato empreendedores sejam aperfeiçoadas, e se torne um facilitador na promoção de ferramentas e soluções adequadas para sua região.

Após a qualificação dos facilitadores, que deveram atuar como apontadores das potencialidades de suas respectivas regiões, caberá ao Executivo Municipal por meio de seus órgãos competentes, definir a melhor performance para tais indivíduos, devendo traçar junto com estes, as ações de crescimento local para cada região escolhida. Daí, a relevância de identificar o ‘fio’ condutor que une os empreendedores locais, e isso pode ser feito até mesmo de modo informal, por meio de conversas com estes atores.

Identificado o elo que os une, campanhas de sensibilização devem ser lançadas para mobilizar empreendedores, empresários e toda a comunidade local a respeito dos benefícios e

principalmente como que toda a metodologia deverá ser aplicada, enaltecendo os benefícios que serão gerados para os negócios, para os consumidores e o município como um todo. Ademais, essas campanhas precisam ser bem trabalhadas para romper todo o estigma social e cultural aqui estabelecido, onde muitas ações não surtem o efeito esperado por diversos motivos, dentre os quais a falta da cultura do trabalho em equipe a politização de ações oriundas do poder público.

Assim, é preciso que todas as regiões do município – sede do município, Gameleira, baixio, gurunga, gerais, vale da conceição, devem fazer parte desse esforço coletivo para que suas vocações econômicas sejam despertadas de forma planejada e sistemática, alinhadas aos anseios de crescimento de seus empreendedores e do município. Isso tudo deverá ser concretizado por meio da ação dos facilitadores locais via reuniões e visitas técnicas pontuais. Será nesse ponto que as possíveis organizações e empreendedores locais deverão ser sensibilizados quando ao uso das ferramentas e metodologias do Sebrae visando o seu fortalecimento, institucionalização da inovação e amadurecimento do seu modo de gestão. Essa sensibilização se faz necessária vez que o quanto antes os atores comecem a ter noção do serviços oferecidos pelo Sebrae, espera-se que mais cedo sintam a necessidade da implementação de novas estratégias para condução de seus negócios.

Nesse ponto, entrará o item 9 do plano de ação, trabalhar o comportamento do empreendedor.

Trabalhar um planejamento municipal integrado é importante e terá como desafio buscar não só a compreensão, mas também estimular a geração de um senso coletivo com o local. Notadamente, esse é mais um dos problemas que se enfrenta, juntamente a dificuldade do trabalho em equipe, coletivo. É de fato um problema recorrente na região, não sendo excluído de Igarorã. Em razão da falta de um planejamento coletivo, que envolva trabalho em equipe, diversas ações empreendidas de modo isoladas já nascem fadadas ao insucesso, por isso, essa etapa é tão crucial para que este projeto surta os efeitos esperados.

Aqui, pode-se desenvolver ações motivacionais além de oficinas que o próprio Sebrae já desenvolve em outras regiões, como as oficinas SEI Empreender – que objetiva estimular o desenvolvimento de características empreendedoras, fornecendo ferramentas gratuitas para controle dos negócios, podendo ser ofertadas principalmente para empreendedores informais da sede e zona rural do município e associações rurais que já desenvolvem ações produtivas. Para os empresários formais da sede do município, sugere-se uma imersão maior, voltada para aperfeiçoamento do negócio em si, buscando aprimorar não somente a questão comportamental do empreendedor, mas também a profissionalização do negócio em si, aqui a

solução indicada é o Empretec – que é uma metodologia originalmente desenvolvida pelas Nações Unidas e exclusivamente implementada pelo Sebrae no Brasil visando o aperfeiçoamento das características do empreendedor e estimular a competitividade empresarial.

Posterior a escolha das melhores estratégias e soluções ofertadas pelo Sebrae e dentro da realidade local, contemplando os agentes e sua vocação econômica, deverá ser feita uma agenda com ações pontuais a ser desenvolvidas para, primeiro, estimular e desenvolver o espírito empreendedor, o aperfeiçoamento das habilidades dos indivíduos envolvidos e por conseguinte a implementação de melhorias nos negócios. Agenda definida, entra mais uma vez em cena a necessidade de parcerias, do Sebrae e porque não de instituições de ensino local e da região, para o desenvolvimento de qualificações para empresários, empreendedores e também comunidade geral, em especial jovem, que formam a mão de obra local. O estabelecimento de tais parcerias além de contribuir para a redução de custos por parte da Administração pública, contribuirá para valorização de profissionais locais que estão inseridos nos bancos de universidades, faculdades e escolas técnicas da região e do próprio município.

Por fim, a última etapa do planejamento consiste no estabelecimento de critérios de controle para verificação dos avanços empreendidos ou não, evidenciando o que precisa ser mantido, aprimorado ou até mesmo excluído. Ademais, todas essas ações tem custos, porém parte significativa deles já fazem parte dos atuais custos da gestão, basicamente envolve folha de pagamento com colaboradores, que serão responsáveis pela implementação de todas as ações necessárias. No que se refere as ações do Sebrae, sabe-se que há uma contra partida por parte do município, porém, tal custo deverá ser calculo com base nas ações e ferramentas escolhidas para se trabalhar, não tendo assim um valor exato a ser precisado. Além desses, outros devem ser levados em consideração como os de deslocamentos dos profissionais para as ações em comunidades rurais, e os materiais utilizados nas oficinas e reuniões de sensibilização e planejamento, todos também são relativos.

Além das ações propostas anteriormente para a formação do sujeito empreendedor por meio da disseminação de conhecimentos, habilidades, experiências e disposição criativa, outras se fazem também necessárias, pois, desenvolver o perfil empreendedor, claro, é indispensável, porém é também relevante que seja ofertado as condições ideais e adequadas para que os negócios existes e que possam vir a surgir prosperem.

Assim, a criação de um ecossistema participativo se torna fundamental onde todos os agentes e atores locais se sinto integrados. Melo Neto e Froes (2002) compreendem que iniciativas institucionais visam garantir um respaldo técnico que, ao sensibilizar um conjunto

de indivíduos unidos por um objetivo compartilhado, também os incentiva, prepara e promove suas contribuições como agentes ativos na formação de uma identidade cultural, desenvolvida através da linguagem coletiva. Notadamente é o berço do empreendedorismo social, possibilitando que lideranças comunitárias e moradores locais se destaquem e busquem expandir e alavancar suas conquistas. Aqui, destaca-se algumas comunidades que já contam com associações estruturadas e já desenvolvendo ações de valorização da sua produção local e inserindo assim, seus associados no mercado, como a comunidade de Lapinha, Lagoa da Torta, São José e Timóteo e Poções. Essas iniciativas devem ser potencializadas.

Para além do diagnóstico, planejamento das prioridades e estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento local, é importante que a própria comunidade seja capaz de se organizar, conforme assegura autores como Oliveira (2004) e Buarque (2001). Ressalta-se que as demandas locais precisam estar integradas as ações e propostas do Governo local, ou seja, as demandas do agentes locais precisam estar integradas as principais políticas públicas do Governo Municipal. O confronto entre as necessidades de uma comunidade e as propostas governamentais para uma área específica frequentemente gera divergências tanto em níveis locais (bairros e comunidades rurais).

Conforme analisado por Franco (2000a), é através de debates preliminares internos na própria comunidade e, principalmente, em fóruns de discussão abertos com as autoridades públicas, de maneira construtiva e respeitosa, que a formulação de ideias coletivas pode levar a resultados concretos que atendam às aspirações da maioria, assim deve ser o processo para construção de políticas públicas sólidas e dentro da realidade local. Por isso, inclusive foi sugerido a parcerias com algumas secretarias municipais que desenvolvem trabalhos tanto na sede como na zona rural.

Buarque (2001) destaca que o fortalecimento do desenvolvimento local ocorre mediante uma administração pública eficaz e a reformulação do aparato estatal, com foco primordial na descentralização dos processos decisórios autoritários e coercitivos. Por isso que o trabalho dos multiplicadores será tão essencial, devendo desenvolver diálogos permanentes, e identificando inclusive demandas não atendidas na elaboração das políticas públicas, levando até a gestão municipal para que seja avaliada a possibilidade de nova inserção e/ou resoluções mais prática.

Segundo Franco (2000a), a capacitação da sociedade civil pode ser promovida incentivando associações - organizações não governamentais, a participação comunitária e iniciativas que promovam colaboração coletiva. Ao longo do tempo, isso forma uma espécie

de "refúgio", onde o apoio mútuo e a influência argumentativa de um grupo começam a gerar resultados progressivos pelo exemplo e estímulo, fortalecendo assim a sociedade civil.

Dessa forma, o empreendedorismo social desempenha um papel crucial em mobilizar comunidades, estabelecendo redes de colaboração que sustentam os objetivos coletivos. Ao se inspirar em líderes locais que, através de suas iniciativas, inspiram e atraem outros para se envolverem em atividades e debates, os quais eventualmente trazem benefícios para toda a comunidade. No entanto, os empreendedores sociais não estão necessariamente vinculados a alguma organização da sociedade civil, governo ou setor privado, nem formalmente obrigados a isso.

Como mencionado anteriormente na revisão teórica, o estímulo ao empreendedorismo abrange diversos aspectos, incluindo o acesso ao crédito, microcrédito, iniciativas de negócios sociais e empreendimentos com objetivos lucrativos. Algumas instituições financeiras, como o Banco do Nordeste e o Desenbahia, oferecem linhas de crédito facilitadas para empreendedores. Nesse sentido, é crucial que tais instituições estejam mais acessíveis à comunidade local e ofereçam seus serviços de forma abrangente. Essa iniciativa pode ser realizada em colaboração com a Sala do Empreendedor, promovendo uma parceria que amplie o alcance e a eficácia das oportunidades de financiamento e apoio ao empreendedorismo na região.

O município abriga aproximadamente 1,1 mil empregos formais, com a maioria dos trabalhadores atuando principalmente no setor educacional (167), seguido por trabalhadores da construção civil (60) e de limpeza (58). A remuneração média dos trabalhadores formais de Igaporã é de R\$ 2,5 mil, um valor abaixo da média estadual de R\$ 2,8 mil (RAIS, 2024).

A distribuição de renda entre as diferentes classes econômicas em Igaporã é considerada alta e supera a média estadual. As classes de menor poder aquisitivo (E e D) respondem por 46,8% do total de rendimentos da cidade, enquanto as classes mais altas representam apenas 6,4%. Notavelmente, as classes mais baixas da cidade têm uma concentração de renda 1,8 pontos percentuais acima da média estadual, enquanto as classes de alta renda têm uma participação 18,6 pontos percentuais abaixo da média. Das ocupações totais, as três principais atividades empregadoras são: administração pública em todas as esferas (606), construção civil (107) e fabricação de cerâmica e barro cozido para uso na construção (65) (Rais, 2024).

O setor de comércio, combinado com serviços de hotelaria e alimentação, representa 13% do total de empregos e está concentrado em supermercados, lojas de variedades e postos de combustíveis, que juntos empregam 80 trabalhadores. No total, há 17 tipos diferentes de

comércio na cidade, de um total de 74 possíveis. Isso indica uma baixa diversidade no comércio e serviços de Igaporã, levando muitos moradores a fazer compras em municípios vizinhos, que também têm necessidades de desenvolvimento semelhantes e oferecem oportunidades para novos empreendimentos.

Em comparação com a média de municípios de tamanho semelhante na região, tanto o comércio quanto os serviços em Igaporã apresentam um menor grau de desenvolvimento comercial.

No entanto, ao analisar segmentos específicos em comparação com municípios similares da região, algumas áreas mostram um potencial significativo para investimentos locais. Por exemplo, as lojas de roupas e calçados, supermercados e lojas de variedades, e restaurantes e bares têm uma taxa esperada de empregados por habitante muito maior do que a atual taxa em Igaporã. Este é o caso, por exemplo, das lojas de roupas e calçados, que normalmente têm uma taxa esperada de 31 trabalhadores para cada 10 mil habitantes, enquanto Igaporã possui apenas 4, resultando em uma diferença de -27. O mesmo padrão se aplica ao setor de supermercados e lojas de variedades, com uma diferença de -24 trabalhadores por 10 mil habitantes entre a taxa real e a esperada.

É importante notar que alguns setores, como clínicas médicas, comércio atacadista de alimentos e bebidas, hotéis, comércio atacadista de grãos e insumos agrícolas, comércio atacadista de químicos, papel e sucatas, comércio atacadista de mercadorias em geral e artigos esportivos, bem como serviços de bufê, geralmente têm uma presença de trabalhadores em cidades de tamanho semelhante, mas não demonstraram uma presença formal de emprego na cidade de Igaporã.

Diante do cenário descrito, é crucial que o município fortaleça as ações da Sala do Empreendedor, oferecendo suporte e acesso à qualificação, crédito e ferramentas de gestão em parceria com o SEBRAE, para atender aos empreendedores informais e aos pequenos comerciantes locais. Além disso, é importante fortalecer as associações e os produtores rurais, visando contribuir, entre outras iniciativas, para o desenvolvimento dos produtores de leite do município, a fim de buscar, por exemplo, investimentos para se criar um laticínio local que beneficie o leite aqui no município, gerando emprego e renda e valorizando a produção local.

Outro produto que merece atenção são os doces produzidos na região do Vale da Conceição, conhecidos regionalmente, mas que têm perdido espaço devido à falta de incentivo. Estimular as produções de bolos e derivados nas associações de Lapinha, Lagoa da Torta e Poções, e expandir essas iniciativas para outras regiões do município, como Canabrava, uma grande produtora de hortaliças, mas que carece de organização nesse sentido,

também é uma medida importante para impulsionar o desenvolvimento econômico local e valorizar as potencialidades regionais.

Além disso, é essencial promover a capacitação técnica e o acesso a recursos para os agricultores familiares, incentivando práticas sustentáveis de cultivo e o aproveitamento de recursos naturais da região. Investir em programas de assistência técnica e extensão rural, bem como em infraestrutura agrícola, como estradas rurais e sistemas de irrigação, pode contribuir significativamente para o aumento da produtividade e a diversificação da produção agrícola. Ao fortalecer o setor agropecuário, o município não apenas estimula a economia local, mas também promove a segurança alimentar e a preservação ambiental, consolidando-se como um polo de desenvolvimento sustentável.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ao concluir este estudo sobre o empreendedorismo de negócios e seu papel no desenvolvimento local na cidade de Igaporã, emerge uma visão abrangente que destaca tanto os desafios quanto as oportunidades inerentes ao fomento de um ambiente empreendedor dinâmico e resiliente. A jornada empreendedora em Igaporã, permeada por obstáculos e facilitada por características únicas da localidade, oferece lições valiosas sobre a capacidade do empreendedorismo de catalisar mudanças positivas, impulsionando o desenvolvimento econômico, social e sustentável.

A análise detalhada das características do empreendedorismo em Igaporã revelou um tecido empresarial vibrante, que não apenas contribui para a economia local através da criação de empregos e geração de renda, mas também promove a inclusão social. Esses empreendimentos, muitas vezes nascidos da necessidade e da criatividade, refletem a resiliência e a adaptabilidade dos moradores de Igaporã diante de um cenário econômico desafiador, ilustrando o potencial do empreendedorismo como motor de transformação e progresso.

As contribuições do empreendedorismo para o desenvolvimento local em Igaporã são multifacetadas, estendendo-se além do impacto econômico direto. Elas incluem o fortalecimento da identidade cultural da região, a promoção da sustentabilidade ambiental e o fomento de um senso de comunidade e pertencimento. Por meio dessas iniciativas, os empreendedores de Igaporã desempenham um papel crucial na valorização dos recursos

endógenos e na construção de um futuro promissor para a cidade, baseado nos princípios do desenvolvimento sustentável.

Contudo, os empreendedores de Igaporã enfrentam uma série de desafios, que vão desde a complexidade do acesso ao crédito e a pesada carga tributária até a falta de infraestrutura adequada. Esses obstáculos, embora significativos, servem também como catalisadores para a inovação e a busca por soluções criativas, demonstrando a importância da resiliência e da capacidade de adaptação no sucesso empreendedor.

A superação desses desafios requer uma abordagem colaborativa, que envolva não apenas os empreendedores, mas também o governo, as instituições de ensino e a sociedade civil. Políticas públicas bem direcionadas, programas de apoio ao empreendedorismo e iniciativas de capacitação podem criar um ambiente mais favorável ao desenvolvimento de negócios e à inovação em Igaporã. É essencial que essas políticas sejam sensíveis às especificidades locais e projetadas para atender às necessidades da comunidade empreendedora.

Este estudo também sublinhou a importância da educação empreendedora e do acesso a redes de apoio como fundamentos para o fortalecimento do ecossistema empreendedor local. A capacitação em habilidades gerenciais, financeiras e digitais é vital para que os empreendedores de Igaporã possam navegar no complexo ambiente de negócios atual e aproveitar as oportunidades emergentes.

Além disso, a promoção de uma cultura empreendedora que valorize a inovação, a criatividade e o risco calculado é fundamental para incentivar mais pessoas a embarcar em jornadas empreendedoras. Essa cultura pode transformar desafios em oportunidades, estimulando o desenvolvimento de soluções inovadoras para problemas locais e contribuindo para o progresso socioeconômico da cidade.

A colaboração entre diferentes setores e a construção de parcerias estratégicas também surgem como elementos chave para impulsionar o empreendedorismo e o desenvolvimento local em Igaporã. O estabelecimento de redes de colaboração pode facilitar o compartilhamento de recursos, conhecimento e melhores práticas, ampliando o impacto das iniciativas empreendedoras.

A pesquisa sobre Igaporã ilustra claramente o papel vital do empreendedorismo de negócios no desenvolvimento local, destacando como os empreendedores locais são agentes de mudança, capazes de enfrentar adversidades e contribuir para a construção de uma comunidade mais próspera, inclusiva e sustentável. À medida que Igaporã continua a navegar

pelos desafios do século XXI, o espírito empreendedor de seus habitantes permanece como um farol de esperança e um motor para o desenvolvimento contínuo.

Finalmente, este estudo não apenas reafirma a importância do empreendedorismo como um pilar fundamental para o desenvolvimento local em Igaporã, mas também serve como um chamado à ação para todos os *stakeholders* envolvidos. É imperativo que se trabalhe juntos para cultivar um ambiente que não apenas reconheça, mas também apoie, celebre e nutra o potencial empreendedor, garantindo que Igaporã possa alcançar seu pleno potencial como uma comunidade vibrante, inovadora e resiliente no coração da Bahia.

REFERÊNCIAS

- AMARAL FILHO, Jair do. **A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional**. In: Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia. ANPEC, 7 a 10 dez. 1999, Belém/PA, Anais... Belém, 1999.
- ARAÚJO, J. L., & Ferreira, M. G. C. (2021). Empreendedorismo informal no Brasil: Uma revisão sistemática da literatura. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, 10(1), 1-21.
- BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. Bookman Editora, 2019.
- BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- BUARQUE, S. C. **Empreendedorismo social: políticas, conceitos e práticas**. Autografia. 2019.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)** Brasília, DF, 2023.
- CARVALHO, A. F., & Meneses, F. P. (2020). **Desenvolvimento local e regional: perspectivas teóricas e desafios contemporâneos**. Atlas.
- CARVALHO, A. P. G., & Meneses, J. L. (2020). **Desenvolvimento local no Brasil: análise de um conceito polissêmico**. *Revista de Administração Pública*, 54(3), 560-581.
- Conselho Federal de Administração. IGM-CFA. Disponível em: <https://igm.cfa.org.br/bi/>. Acesso em 25 fevereiro de 2024.
- DA SILVA RIOS, Dara Missão; LIMA, José Raimundo Oliveira. **O desenvolvimento local endógeno: reflexões a partir das tecnologias com foco na tecnologia social**. *Revista Ambivalências*, v. 7, n. 14, p. 125-142, 2019.
- DE CARVALHO, Fernanda Ferrário. **Sudene: do desenvolvimento cepalino ao desenvolvimento endógeno**. 2011.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**. Elsevier Brasil, 2008.
Dornelas, J. C. A. (2019). Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. Elsevier Brasil.

Estatísticas das 718 Empresas do Município: IGAPORA – BA. Disponível em: <https://casadosdados.com.br/empresas/localidade/ba/igapora#natureza-juridica>. Acesso em 30 de março de 2024.

FAURÉ, Y.-A.; HASENCLEVER, Lia (Ed.). **Caleidoscópio do desenvolvimento local no Brasil: diversidade das abordagens e das experiências**. Editora E-papers, 2007.

FILION, L. J. (2017). Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. Bookman Editora.

FRANCO, Augusto. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. Brasília: Millennium, 2000a.

GIMENEZ, F. A. P.; FERREIRA, J. M.; RAMOS, S. C. **Configuração empreendedora ou configurações empreendedoras?: indo um pouco além de Mintzberg**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32, 2008, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. 1 CD-ROM.

GRECHI, Luciana. **Inclusão Social no Empreendedorismo: Fortalecendo a Diversidade para um Futuro Sustentável**, 2023. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/inclus%C3%A3o-social-empreendedorismo-fortalecendo-para-um-luciana-grechi/>. Acesso em 12 de março de 2024.

IGAPORÃ – BA, LEI N.º 212 DE 21 DE MAIO DE 2010. Regulamenta no município de Igaporã o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de pequeno porte de que trata a Lei Complementar Federal nº. 123, de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial do Município, 2010.

LASTRES, H. M. M., & Cassiolato, J. E. (2020). Arranjos produtivos locais e desenvolvimento. *Revista de Economia Contemporânea*, 24(2), 2008.

LASTRES, H. M., & Cassiolato, J. E. (2020). Arranjos produtivos locais: uma estratégia para promoção da inovação e da competitividade. *EdUERJ*.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MELLO, S. P., *et al.* (2020). Empreendedorismo de alto impacto no Brasil: perfil e dinâmica. *Revista de Administração da UFSM*, 13(5), 1130-1150.

MOURA, M.S. et. al. **Desenvolvimento local sustentável: o que sinalizam as práticas**. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2002, Salvador. Anais... Salvador: Anpad, 2003. 1 CD.

OLIVEIRA, Edson M. **Empreendedorismo social no Brasil**: configuração, perspectivas e desafios - notas introdutórias. *Revista FAE*, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 9-18, jul./dez. 2004.

OLIVEIRA, R. A., *et al.* (2022). Desenvolvimento territorial integrado: perspectivas e desafios no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 56(1), 64-87.

PEDRO, Marcos Antônio. **Os desafios de empreender no Brasil**. N.p., Bibliomundi, 2021.

PARENTE, Cristina *et al.* **Empreendedorismo social**: contributos teóricos para a sua definição. 2011.

SANTOS, R. G., & Santos, R. P. (2020). Empreendedorismo e desenvolvimento local: uma análise do ecossistema empreendedor de Florianópolis. *Revista de Administração e Empreendedorismo*, 17(3), 253-268.

SANTOS, J. R., & Souza, J. M. (2021). Desenvolvimento local sustentável na Amazônia: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, 9(2), 175-197.

SANTOS, L. R., *et al.* (2021). Empreendedorismo social no Brasil: estado da arte e direções futuras de pesquisa. *Revista de Administração de Empresas*, 61(3), 250-264.

SEBRAE. **Brasil tem quase 15 milhões de microempreendedores individuais**. 2023. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/brasil-tem-quase-15-milhoes-de-microempreendedores-individuais,e538151eea156810VgnVCM1000001b00320aRCRD>> Acesso em 25 de setembro de 2023 às 16h43min.

SEBRAE. **O papel do empreendedor social**. 2022. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-papel-do-empendedor-social,235c77a4e7846710VgnVCM1000004c00210aRCRD>> Acesso em 27 de setembro de 2023 às 19h25min.

SOUZA, J. M. C., *et al.* (2021). **Empreendedorismo no Brasil**: mapeamento da literatura e direções futuras de pesquisa. *RAI Revista de Administração e Inovação*, 18(2), 128-147.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.